**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

**PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

**DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E**

**SILVA, NA 7ª SESSÃO ADMINISTRATIVA DE 08 DE MARÇO DE 2022.**

**JULGAMENTO EM PAUTA: CONSELHEIRO-RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**.

**PROCESSO Nº 001637/2022 –** Solicitação de Prorrogação de Disposição de Servidor, tendo como

interessado o Sr. Ebenezer Albuquerque Bezerra.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 68/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de **PRORROGAÇÃO DE DISPOSIÇÃO** do servidor **Ebenezer**

**Albuquerque Bezerra**, Auditor Técnico de Controle Externo - Auditoria Governamental C , pertencente ao

quadro de pessoal do TCE/AM, para continuar exercendo o cargo de Secretário Municipal de Administração,

Planejamento e Gestão - SEMAD, integrante da estrutura organizacional da prefeitura de Manaus, nos termos

do disposto no inciso II do art. 52 da Lei Estadual nº 1.762/1986, devendo o ônus remuneratório e o

recolhimento da contribuição previdenciária ocorrer a cargo do órgão de origem, qual seja, este Tribunal de

Contas, nos termos do inciso III do mesmo dispositivo legal, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de **01**

**de janeiro de 2022**; **9.2. DETERMINAR** ao servidor **Ebenezer Albuquerque Bezerra** que encaminhe a esta

Corte de Contas cópia do Ato de sua nomeação para o cargo comissionado, Termo de Opção do Vencimento

e demais documentos previstos no § 2º do art. 5º da Resolução n.º 20/99 -TCE, alterado pelo art. 3º da

Resolução n.º 08/2008 - TCE; **9.3. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos - DRH** que realize,

junto ao órgão requerente, o controle mensal de frequência do servidor, observando, com rigor, o disposto no

art. 5º, § 1º, *in fine*, §§ 2º e 3º, alterados pelo art. 3º da Resolução n.º 08/2008, e no art. 6º, Parágrafo Único,

da Resolução TCE n.º 20/99, alterado pelo art. 4º da Resolução n.º 08/2008; **9.4. ARQUIVAR** o processo nos

termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 002896/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, bem como a conversão

em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio 2015/2020,** tendo como interessado o Excelentíssimo

Senhor Procurador de Contas, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 69/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do Excelentíssimo **Senhor Carlos Alberto Souza de Almeida**,

Procurador de Contas do Ministério Público de Contas - MPC/AM, matrícula n° 10227-A, quanto à concessão

da Licença Especial de 3 (três) meses, bem como a conversão de 90 (noventa) dias em indenização

pecuniária, **referente ao quinquênio 2015/2020**, em consonância com o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº

3

.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 4743/2018 c/c art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedados os

descontos de imposto de renda e de caráter previdenciário; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o

registro da concessão da Licença Especial e da conversão de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária,

em razão da licença especial não gozada, referente ao quinquênio **2015/2020; b)** Aguarde o cronograma

financeiro a ser disponibilizado pela DIORF para elaboração da respectiva folha de pagamento, conforme

Cálculo de Indenização de Licença Especial nº 004/2022 - DIPREFO [(0239590);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=276918&id_procedimento_atual=275504&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=a94a7094ddd308af3e02296d348cd1410adfd2989a6c9c738e2971ae6fccc844) **c)** Em seguida, encaminhe



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

o caderno processual à DIORF para pagamento das verbas indenizatórias em observância ao cronograma

financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 000913/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, bem como a conversão

em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio 2017/2022, tendo como interessada a servidora**

Cláudia Gomes Hayden.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 70/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Cláudia Gomes Hayden**, Assistente de Controle Externo C,

matrícula nº 000369-7A, quanto à concessão da Licença Especial de 3 (três) meses, bem como a conversão

de 90 (noventa) dias em indenização pecuniária, **referente ao quinquênio 2017/2022**, em consonância com

o art. 6°, inciso V, da Lei Estadual nº 3.138/2007 e art. 7º, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº 4743/2018 c/c art.

7

8 da Lei nº 1.762/1986, vedados os descontos de imposto de renda e de caráter previdenciário; **9.2.**

**DETERMINAR** à *DRH* que: **a)** Providencie o registro da concessão da Licença Especial e da conversão de

0 (noventa) dias em indenização pecuniária, em razão da licença especial não gozada, referente ao

9

quinquênio **2017/2022**; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pela DIORF para elaboração

da respectiva folha de pagamento, conforme Cálculo de Indenização de Licença Especial nº 02/2022 -

DIPREFO [(0237029);](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=274079&id_procedimento_atual=261907&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=538336384d241c34ceb2ba0f903bc6c2a95d8d9e435b7a2c56377bc61c1362f3) **c)** Em seguida, encaminhe o caderno processual à DIORF para pagamento das verbas

indenizatórias em observância ao cronograma financeiro. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos

regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 001741/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, **tendo como interessado**

**o servidor** Mozart Santos Salles de Aguiar Júnior.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 71/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **Mozart Santos Salles de Aguiar Júnior**, Auditor Técnico de

Controle Externo “C” desta Corte de Contas, matrícula nº 000.701-3A, lotado na Diretoria de Controle Externo

de Aposentadoria, Reformas e Pensões - DICARP, quanto à concessão da Licença Especial de 03 (três)

meses, **referente ao quinquênio 2013/2018,** em consonância com o art. 78 da Lei nº 1.762/1986, vedada a

conversão em indenização pecuniária, conforme art. 78, §1º, I, da mesma Lei; **9.2. DETERMINAR** à **Diretoria**

**de Recursos Humanos** que providencie o registro da concessão da Licença Especial, referente

ao **quinquênio de 2013/2018**; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento

integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 002553/2022 –** Requerimento de Concessão de Licença Especial, **referente ao quinquênio**

**2**

**014/2019, bem como a** conversão em indenização pecuniária, tendo como interessado o servidor Adriano

Noleto Carnib.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 72/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. INDEFERIR** o pedido do servidor **Adriano Noleto Carnib**, Auditor Técnico de Controle

Externo, matrícula 1344-7A, ora lotado na Diretoria de Controle Externo de Admissões de Pessoal -



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

DICAPE, quanto à concessão da Licença Especial e a sua conversão em indenização pecuniária, **referente**

**ao quinquênio 2014/2019,** em virtude da violação ao disposto no Art. 78, §1º, inciso III, a, da Lei nº

1

762/1986; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que comunique ao interessado quanto ao teor desta decisão, bem

como adote as demais providências cabíveis ao caso; **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais,

após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 003409/2020 –** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal de 4/5, em sua

remuneração, tendo como interessada a servidora Caroline Cunha de Oliveira Athayde.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 73/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR PARCIALMENTE** o pedido formulado pela servidora **Caroline Cunha de Oliveira**

**Athayde**, Assistente de Controle Externo A, matrícula 13684A, lotada na DEAP, para **reconhecer o direito**

**à incorporação**, em sua remuneração, do equivalente a 4/5 (quatro quintos), a título de vantagem pessoal,

correspondente ao Cargo de **Assistente Administrativo, símbolo CC-1**, de maior tempo ocupado, no valor

de **R$ 2.127,56 (dois mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme Anexo VII da

Lei nº 4.743, de 28/12/2018, publicada no DOE de 28/12/2018, nos termos do art. 82, §2º, do Estatuto dos

Servidores Públicos Civis do Estado do Amazonas, retroagindo à data que implementou o referido direito,

limitado ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de

1

932, condicionando-se, contudo, à disponibilidade orçamentária e ﬁnanceira do TCE/AM para arcar com

essa despesa; **9.2. DETERMINAR** à DRH que: **a)** Providencie o registro da concessão da vantagem pessoal

ora reconhecida nos assentamentos funcionais da servidora, bem como elabore os atos normativos relativos

ao caso em comento; **b)** Proceder o cálculo dos valores a que faz jus a requerente; **c)** Proceda à publicação

do ato normativo relativo ao caso em comento; **d)** Requerer nova manifestação da DIORF acerca da

possibilidade de pagamento dos valores retroativos; **e)** Realize o sobrestamento dos autos, apenas no tocante

ao ATS, para aguardar que o DRH conclua o levantamento e o Tribunal Pleno desta Corte delibere o assunto

e/ou o transcurso do lapso temporal de 25 (vinte e cinco) meses, estipulado pelo Tribunal de Justiça do Estado

do Amazonas, para a produção dos efeitos financeiros de sua concessão. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos

termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 008972/2021 -** Solicitação de Incorporação de Vantagem Pessoal de 5/5, em sua

remuneração, tendo como interessada a servidora Keila Graça Castro Uchôa.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 74/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pela servidora **Keila Graça Castro Uchôa**, Auditor Técnico de

Controle Externo, matrícula n.º 0001430-A, para **reconhecer o direito à incorporação**, em sua remuneração,

do equivalente a **5/5 (cinco quintos)**, a título de vantagem pessoal, correspondente ao cargo de **Direção**

**Superior, símbolo CC-5**, no valor de **R$ 7.571,88 (sete mil, quinhentos e setenta e um reais e oitenta e**

**oito centavos)**, por ter sido o de maior tempo exercido, conforme Anexo VII da Lei nº 4.743, de 28/12/2018,

publicada no DOE de 28/12/2018, nos termos do art. 82, §2º, do Estatuto dos servidores Públicos Civis do

Estado do Amazonas, retroagindo à data que implementou o referido direito, limitado ao prazo prescricional

de 05 (cinco) anos, previsto no art. 1º do Decreto nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932, condicionando-se,

contudo, à disponibilidade orçamentária e ﬁnanceira do TCE/AM para arcar com essa despesa;

**9**

**.2. DETERMINAR** à DRH que: **a)** Providencie o registro da concessão da vantagem pessoal ora reconhecida

nos assentamentos funcionais da servidora, bem como elabore os atos normativos relativos ao caso em



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

comento; **b)** Proceder o cálculo dos valores a que faz jus a requerente, bem como das possíveis despesas

geradas com os demais servidores que se enquadrarem em condições idênticas; **c)** Proceda

à publicação do ato normativo relativo ao caso em comento. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos

regimentais, após o cumprimento integral do *decisum,* nos termos da legislação vigente.

**PROCESSO Nº 009315/2021 –** Solicitação de Licença para Tratamento de Saúde, tendo como interessado o

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Antonio Julio Bernardo Cabral.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 75/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido formulado pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Antonio Julio**

**Bernardo Cabral**, referente à concessão de Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, no

período compreendido entre 22/11/2021 a 21/12/2021; **9.2. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos**

**Humanos** que providencie o registro da referida licença médica pleiteada, com base no artigo 3º, incisos V e

VI, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 12, VI, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM; **9.3. ARQUIVAR** os

presentes autos, após o cumprimento dos procedimentos acima citados, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 002735/2021 –** Solicitação de Inclusão na Modalidade de Trabalho Remoto, tendo como

interessada a Sra. Claudia Kelly Araújo Mata.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 76/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **7.1. Arquivar, sem julgamento de mérito,** o processo SEI nº 2735/2021, por perda de objeto,

face ao novo requerimento da servidora acostado ao processo SEI nº 1464/2022, com fulcro no art. 127, da

Lei nº 2.423/96 c/c art. 485, IV, do CPC; **7.2. Determinar à Sepleno que notifique** a servidora para que tome

ciência do decisório e, após, arquive o feito.

**PROCESSO Nº 002706/2021 –** Solicitação de Inclusão na Modalidade de Trabalho Remoto, tendo como

interessada a Sra. Claudia Kelly Araújo Mata.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 77/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. Arquivar, sem julgamento de mérito,** o processo SEI nº 2706/2021, por perda de objeto,

face ao novo requerimento da servidora acostado ao processo SEI nº 1464/2022, com fulcro no art. 127, da

Lei nº 2.423/96 c/c art. 485, IV, do CPC; **9.2. Determinar à Sepleno que notifique** a servidora para que tome

ciência do decisório e, após, arquive o feito.

**PROCESSO Nº 001464/2022 –** Solicitação de Prorrogação de Licença para Tratamento de Interesse

Particular, tendo com interessada a servidora Claudia Kelly Araújo Mata.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 78/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de prorrogação de Licença para Interesse Particular da servidora **Claudia**

**Kelly de Araújo Mata**, Analista Técnico de Controle Externo – Auditoria Governamental, matrícula n.º

0

015318-2A, sem ônus para esta Corte de Contas, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, da data

imediatamente posterior ao término da licença primeira, concedida por meio da **Decisão nº 93/2019**

**ADMISNISTRATIVA - TRIBUNAL PLENO** e **Portaria nº 199/2019** [(0229206),](https://sei.tce.am.gov.br/sei/controlador.php?acao=protocolo_visualizar&id_protocolo=264988&id_procedimento_atual=264877&infra_sistema=100000100&infra_unidade_atual=110000019&infra_hash=c45c8a785a23f6d7d2c56d0703971bbb0baaacb0bf29a459ce2c2533da3de369) tudo nos termos do artigo 75,

da Lei n.º 1.762/1986 , observando-se as seguintes ponderações: **9.1.1**. A remuneração da interessada

deverá ser suspensa até o retorno as suas atividades funcionais, com prejuízo de suas contribuições

previdenciárias, salvo a possibilidade legal da servidora, voluntariamente e as suas expensas, proceder ao

recolhimento de suas contribuições junto ao AMAZONPREV, nos termos do artigo 52 da Lei Complementar

Estadual nº 30/2001, para que sejam computadas para fins de benefício previdenciário; **9.1.2**. As progressões

funcionais da servidora também ficarão suspensas, não se computando o tempo correspondente para

qualquer efeito, inclusive, conforme determina o artigo 75, § 4º da Lei nº. 1.762/1986 e o artigo 23 da

Resolução TCEAM nº. 17/2009; **9.2. DETERMINAR** à DRH que proceda à edição de portaria, veiculando a

respectiva concessão da licença, bem como o registro desta nos assentamentos funcionais da Requerente;

**9**

**.3. ARQUIVAR** os autos, nos termos regimentais.

**PROCESSO Nº 002159/2022 –** Solicitação de Redução de Jornada de Trabalho, tendo como interessada a

servidora Natalie Grace Filizola Melro, mãe nutriz.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 79/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Natalie Grace Filizola Melro**, Auditor Técnico de Controle

Externo, matrícula nº 12378-A, mãe lactante de criança com idade inferior a 24 (vinte e quatro) meses, quanto

à redução da jornada de trabalho conforme a Portaria nº 638/2019-GPDRH; **9.2. DETERMINAR à DRH** a

adoção das providências para o apostilamento deste requerimento e seu deferimento nos assentamentos

funcionais da servidora, nos termos da legislação vigente. Após, arquive-se.

**PROCESSO Nº 009526/2021 –** Solicitação de Isenção de Imposto de Renda, tendo como interessada a Sra.

Ana Paula da Gama Lessa Silva.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 80/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de Isenção de Imposto de Renda formulado pela **Sra. Ana Paula da Gama**

**Lessa Silva** sobre os proventos da aposentada, sendo considerado como marco inicial da isenção **a data de**

**comprovação do diagnóstico de moléstia grave**, conforme entendimento Superior Tribunal de Justiça -

STJ, nos termos do art. 6º, incisos XIV e XXI, da Lei nº 7.713/1988, alterada pela Lei nº 11.052/2004; **9.2.**

**DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** que: **a)** Proceda ao registro da isenção do Imposto de

Renda nos proventos da **SRA. ANA PAULA DA GAMA LESSA SILVA**; **b)** Comunique à interessado quanto

ao teor desta decisão. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral

do *decisum*.

**PROCESSO Nº 002097/2022 –** Requerimento de Concessão de Aposentadoria Voluntária por Tempo de

Contribuição, com proventos integrais, tendo como interessada a servidora Célia Cristina Xavier de Araújo.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 81/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido de **Aposentadoria** Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos

integrais, da servidora **Célia Cristina Xavier de Araújo**, Auditor Técnico de Controle Externo – Auditoria

Governamental A, Classe D, Nível III**,** matrícula nº 000.058-2A, nos termos do art. 3º da EC nº 47/2005,

conforme tabela abaixo indicada:

**CARGO: AUDITOR TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – AUDITORIA GOVERNAMENTAL A, CLASSE D, NÍVEL III**

**VENCIMENTO –** Lei nº 5.579/2021 de 17/08/2021.

**VALOR (R$)**

R$ 13.384,18

R$ 8.030,50

R$ 1.338,42

R$ 2.676,84

**R$ 25.429,94**

**GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL (60%)** Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso IX.

**ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (10%) –** Lei nº 1.762/86, Artigo 90, inciso III da Lei nº 2.531/99, Artigo 4°.

**ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO (20%) -** Lei nº 3.627/2011, § 1º do artigo 18.

**TOTAL**

**1**

§

**3º SALÁRIO,** DUAS parcelas do provento - opção feita pelo (a) servidor (a), com fulcro na Lei nº 3.254/2008 que alterou o

1º e incluiu § 3º do Artigo 4º da Lei nº 1.897/1989.

**R$ 25.429,94**

**9**

**.2. DETERMINAR** o envio do processo à Divisão de Instrução e Informações Funcionais - DIINF para registro

da aposentadoria e demais atos necessários; **9.3. DETERMINAR** o envio do Processo à Divisão do Arquivo,

nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum.*

**PROCESSO Nº 010152/2021 –** Solicitação de Averbação de Tempo de Contribuição, tendo como interessada

a servidora Mirtes Jane Félix Martins.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 82/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido da servidora **Mirtes Jane Félix Martins**, Auditora Técnica de Controle

Externo desta Corte de Contas, matrícula nº 0018139-A, quanto à averbação de **1248 (mil, duzentos e**

**quarenta e oito) dias, ou seja, 3 (três) anos, 05 (cinco) meses e 3 (três) dias** de tempo de contribuição;

**9**

**.2. DETERMINAR** à **Diretoria de Recursos Humanos** a adoção de providências para a averbação do

Tempo de Contribuição no assentamento funcional da servidora **Mirtes Jane Félix Martins; 9.3.**

**ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 002106/2022 –** Requerimento de Concessão de Abono de Permanência, tendo como

interessado o servidor José Fernando Melo Soares.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 83/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. DEFERIR** o pedido do servidor **José Fernando Melo Soares**, Auditor Técnico de Controle

Externo - Auditoria Governamental "C " desta Corte de Contas, matrícula n. 000015-9A, ora lotado no

Departamento de Registro e Execução das Decisões - DERED, por meio do qual solicita a **concessão do**

**Abono de Permanência**, visto a implementação dos requisitos para aposentadoria em 01/01/2022, tal como

estabelecido no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003; **9.2. DETERMINAR** à *DRH* que:

**a)** Providencie o registro da concessão do Abono de Permanência nos assentamentos funcionais do servidor,



**ESTADO DO AMAZONAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

dentro dos parâmetros legais; **b)** Aguarde o cronograma financeiro a ser disponibilizado pelo DIORF e, em

seguida, mediante disponibilidade financeira e orçamentária, encaminhe o feito à referida Diretoria para que

proceda ao pagamento dos valores retroativos à data da implementação dos requisitos para o Abono de

Permanência. **9.3. ARQUIVAR** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

**PROCESSO Nº 002608/2022 –** Solicitação de Pensão por Morte, tendo como interessada a Sra. Taiane da

Cunha Garcia e Maria Eliza Garcia e Silva, cônjuge e filha menor do servidor aposentado Hélio Almeida e

Silva.

**ACÓRDÃO ADMINISTRATIVO Nº 84/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima

identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 12, inciso

I, alínea “b” e inciso X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade,** nos termos do voto do

Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, com base na Informação da **DIRH** e no Parecer da **DIJUR**, no

sentido de: **9.1. Deferir** o pedido formulado pela **Sra. TAIANE DA CUNHA GARCIA**, cônjuge supérstite do

servidor aposentado, **Sr. Hélio Almeida e Silva**, quanto à concessão da **pensão por morte**, nos termos do

art. 2º, II, alínea “a”; art. 31, *caput* e §1º*,* e art. 33, II, e §1º, I, todos da Lei Complementar n° 30/2001, em

razão do falecimento do referido servidor, ocorrido no dia 31/12/2021, conforme a Certidão de Óbito acostada

ao Requerimento inicial; **9.2. Reconhecer** o direito à pensão por morte que faz jus a requerente **Sra. Taiane**

**da Cunha Garcia, pelo prazo de quinze anos**, bem como a filha menor **Maria Eliza Garcia e Silva, até**

**completar 21 anos**; **9.3. Determinar** à *DRH* que encaminhe cópia dos presentes autos ao Fundo

Previdenciário - AMAZONPREV para fins de efetivação do pagamento do benefício da **Pensão por Morte**,

no valor de **R$ 5.940,69** (cinco mil, novecentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos) a cada uma das

beneficiárias, sendo metade do valor da última remuneração do servidor, conforme apurado pela DIINF.

Ainda, cabe ao Fundo Previdenciário proceder com o depósito do referido montante na conta corrente das

pensionistas, tendo em vista que os aposentados e pensionistas não constam na Folha de Pagamento deste

Tribunal, desde junho de 2019, conforme Termo de Adesão firmado entre esta Corte de Contas e o referido

Fundo Previdenciário; **9.4.** Por fim, após o cumprimento dos itens acima, **arquivar** os autos.

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em

Manaus, 08 de março de 2022.

